

O APOIO AMERICANO À ADESÃO DA TURQUIA À UNIÃO EUROPEIA' UM ESTUDO SOBRE INFLUÊNCIA INTERNACIONAL

Ricardo Borges de Castro

INTRODUÇÃO

Os Estados Unidos da América (EUA) apoiam a adesão da Turquia à União Europeia (UE) desde o final da Guerra Fria². Considerando que os EUA e a UE são aliados tradicionais, partilhando o interesse de ancorar a Turquia no Ocidente, e tendo em conta a energia política que Washington tem recentemente despendido em benefício da Turquia, é notável verificar que, por vezes, o Governo norte-americano parece incapaz de atingir o seu objectivo. Que razões explicam esta incapacidade? Existem limites ao apoio americano à adesão da Turquia à UE? Quais são estes limites?

Neste estudo proponho que, apesar de a UE e os EUA parecerem partilhar interesses comuns no que diz respeito à Turquia, a influência norte-americana no processo de adesão de Ancara à União Europeia tem sido limitada devido a cinco factores principais. Os dois primeiros factores têm sido uma característica permanente na relação entre os EUA e a UE e, excepto desenvolvimentos não antecipados, devem manter-se no futuro. Designo-os, por isso, de estruturais. Os restantes três factores, ditos variáveis, podem ou não ter-se verificado no período em análise.

O primeiro factor estrutural resulta do facto de os EUA não integrarem a União Europeia e, como tal, não participarem directamente no processo de tomada de decisão da União no que diz respeito à adesão da Turquia. Logo, é natural que as decisões políticas da UE sobre a Turquia reflectam mais a influência de um Estado-membro da organização do que a influência de um país externo como os EUA. Este é um constrangimento institucional que enquadra a política externa americana face à UE. Esta proposição pode levantar a seguinte questão: faria diferença para os interesses americanos se os EUA fossem um membro de pleno direito da UE, assim como o são da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), ou se tivessem com a União uma relação de consultas recíprocas semelhante àquela que está estipulada no Tratado de Washington? A segunda parte deste artigo procura dar resposta a esta questão.

Apesar de não serem membro da UE, os EUA podem influenciar o projecto europeu da Turquia através de outras formas: «usando» a NATO, uma instituição que permite aos

EUA uma participação directa em assuntos europeus; influenciando aliados próximos, como o Reino Unido; ou concentrando-se em questões de relevo para a adesão da Turquia à UE, tal como o Chipre. Os EUA podem assim utilizar o seu poder em benefício dos objectivos da sua política externa³.

A segunda condição estrutural é a natureza específica das relações entre os EUA e a UE. Se numa relação entre aliados, a ameaça do uso da força (ou o seu uso efectivo) não é uma opção credível⁴, também raramente se assiste a uma oferta explícita de benefícios⁵. Dito de outra forma, é difícil imaginar Washington a dar contrapartidas à UE pela integração da Turquia. O relacionamento entre os EUA e a UE é supostamente alicerçado em valores e interesses comuns, beneficiando ambas as partes por cooperarem. Este constrangimento reforça o facto de que nas relações EUA-UE, poder é um instrumento menos «utilizável», sendo que a *persuasão* ou a *influência* adquirem um papel de destaque⁶. O êxito ou fracasso da política americana estará, portanto, mais dependente da capacidade dos EUA persuadirem a UE em aceitar a Turquia como membro. Isto é especialmente verdade em períodos de desacordo entre aliados.

A capacidade de os EUA apoiarem a adesão turca à UE pode ser posta à prova por mais três factores. Primeiro, se surgir um conflito entre interesses americanos e europeus, a capacidade de os EUA atingirem os seus objectivos pode ser condicionada. Como sugere Stephen Walt, determinados países preocupam-se mais do que outros em relação a temas específicos⁷. Por exemplo, a França, sendo membro da UE, tem um interesse maior do que os EUA na eventual adesão da Turquia à UE. Havendo um conflito de interesses desta natureza, é provável que a capacidade diplomática norte-americana sofra resistências adicionais.

Segundo, como actor global, os EUA estão envolvidos em inúmeros assuntos internacionais e participam activa e directamente em diversas regiões do mundo. É possível que, em determinados momentos, diferentes objectivos da política externa americana entrem em colisão, diminuindo a capacidade dos EUA em atingir algumas das suas metas internacionais⁸. Por exemplo, a necessidade americana em ter aliados para implementar a sua estratégia no Iraque em 2002 e 2003 pode ter indirectamente chocado com o objectivo americano de adesão da Turquia à UE durante o Conselho Europeu de Copenhaga em Dezembro de 2002. Na altura, o apoio americano à adesão turca foi provavelmente visto na Europa (especialmente por aqueles que queriam impedir a invasão do Iraque) como um *quid pro quo* a Ancara por uma eventual aceitação da abertura de uma frente norte no Iraque. Isto pode ter levado alguns membros da UE a penalizar a Turquia, quando, indirectamente, o alvo eram os EUA.

Terceiro, a política americana em favor da adesão turca pode ser implementada deficientemente. Refiro-me em particular à «comunicação» de objectivos e de política. A forma como a política é transmitida pode dar origem a oposição. Por exemplo, a crescente pressão pública por parte de membros da Administração norte-americana para que a UE fixasse uma data para o início de negociações com a Turquia, na vés-

pera do Conselho Europeu de Copenhaga de Dezembro de 2002, produziu efeitos negativos nas capitais europeias, comprometendo os interesses dos EUA.

Os factores que apresentei de forma breve podem ocorrer independentemente ou em simultâneo; uns podem dominar, dependendo das circunstâncias, ou podem reforçar o efeito de outros. Para além dos referidos, é possível que um factor adicional – as percepções dos membros da UE sobre os EUA – tenha consequências, positivas ou negativas, para as políticas e interesses norte-americanos. Se as percepções na Europa forem positivas, podem contribuir para fazer avançar os interesses dos EUA; se forem negativas é natural que os EUA experimentem oposição às suas políticas.

Para verificar a validade do argumento apresentado, analisarei o apoio norte-americano à adesão da Turquia à UE em duas importantes cimeiras europeias: o Conselho Europeu de Helsínquia de 1999, onde a Turquia se tornou oficialmente «Estado candidato» da UE, e o Conselho Europeu de Copenhaga, onde as expectativas da Turquia em ver fixada uma data para o início das negociações com a UE saíram frustradas⁹. Estas duas reuniões ilustram de forma adequada o argumento que aqui proponho. O contraste entre ambas – onde os resultados do apoio americano à Turquia foram diferentes – permite um entendimento dos factores que explicam o êxito ou fracasso da política americana no que diz respeito à adesão da Turquia à UE.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira parte, apresento um breve sumário da política americana em apoio da adesão da Turquia à UE. Na segunda, estudando as duas cimeiras seleccionadas, analiso o apoio americano na prática avaliando os seus méritos ou limitações. Concluo com uma discussão sobre as razões que podem explicar o êxito ou fracasso da influência americana na UE.

O APOIO AMERICANO À ADESÃO DA TURQUIA À UNIÃO EUROPEIA: UMA SÍNTESE

O apoio norte-americano à adesão da Turquia à União Europeia faz parte de uma estratégia geral de inclusão da Turquia no Ocidente¹⁰. Desde a Doutrina Truman, anunciada em Março de 1947 como resposta à retirada britânica do Mediterrâneo, até aos nossos dias, os EUA têm mantido o interesse naquela parte do globo¹¹.

A posição geográfica da Turquia confere-lhe um papel relevante numa região – Médio Oriente, Balcãs, Cáucaso, Ásia Central, mar Egeu, e Mediterrâneo Oriental – onde convergem interesses políticos, económicos e estratégicos norte-americanos¹².

Este acaso geopolítico e geoestratégico justifica a necessidade de uma Turquia ocidentalizada e estável; jogando um papel regional positivo; contribuindo para a liberdade de acção de Washington; e facilitando a projecção de poder norte-americano para regiões vizinhas¹³. Isto tornou-se especialmente verdade após o fim da Guerra Fria, quando uma onda de conflitos intra-esta-

A POSIÇÃO GEOGRÁFICA DA TURQUIA
CONFERE-LHE UM PAPEL RELEVANTE NUMA
REGIÃO ONDE CONVERGEM INTERESSES
POLÍTICOS, ECONÓMICOS E ESTRATÉGICOS
NORTE-AMERICANOS.

duais afectou a região. Para além disso, a instabilidade doméstica na Turquia, em resultado do ressurgimento da actividade terrorista do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), reforçou o objectivo de manter o país fortemente ligado ao Ocidente¹⁴. Por último, a melhoria das relações entre a Turquia e Israel contribuiu para aumentar o valor de Ancara em Washington¹⁵.

A integração da Turquia na União Europeia é vista em Washington como a melhor forma para fazer avançar a estabilidade do país, contribuindo para a sua ocidentalização. A adesão funcionaria como um «relevante catalisador para as reformas domésticas»¹⁶, i.e., democratização e melhoria do sistema político; desenvolvimento e crescimento da economia turca¹⁷. Seria uma estratégia de baixo custo para os EUA, na medida em que o desenvolvimento económico e político da Turquia seria feito a expensas da UE¹⁸. Adicionalmente, a adesão seria consistente com a política norte-americana que pretende o alargamento paralelo da UE e da NATO¹⁹ e que favorece a integração dos seus aliados europeus nas duas organizações (a Turquia é membro da NATO desde 1952). Por último, a integração da Turquia na UE é tida nos EUA como um claro benefício para a organização europeia.

O apoio americano à adesão turca à UE vem de 1963, data em que a Turquia assinou com a então Comunidade Económica Europeia o Acordo de Ancara²⁰. Contudo, o interesse dos EUA na integração da Turquia na União aumentou consideravelmente após o fim da Guerra Fria²¹, resultando essencialmente de um novo entendimento sobre o papel que a Turquia poderia assumir na política externa norte-americana. Os EUA encorajaram em 1995 a conclusão da união aduaneira entre a Turquia e a UE, e reforçaram os seus esforços em benefício da adesão turca após o Conselho Europeu do Luxemburgo de 1997, onde os líderes europeus recusaram à Turquia o estatuto de «Estado candidato»²². Desde 1997, os EUA têm, em público e em privado, defendido o objectivo europeu da Turquia.

De acordo com o embaixador Morton Abramowitz, na esfera da formulação da política externa americana, a Turquia é «largamente um tema de elites, concentrado no

O APOIO AMERICANO À ADESÃO DA TURQUIA À UE É UM TEMA PRIVILEGIADO DE UM GRUPO DE TURCÓFILOS QUE CIRCULAM NOS CORREDORES DA BUROCRACIA EM WASHINGTON E NAS PRINCIPAIS UNIVERSIDADES E THINK TANKS NORTE-AMERICANOS.

governo americano»²³. Existem porém alguns lóbis que procuram influenciar a política turca em Washington: o lóbi grego, o lóbi arménio, o lóbi israelita (em favor da Turquia), o lóbi turco, o lóbi do sector da defesa e o lóbi dos turcófilos²⁴.

No que toca à adesão da Turquia à UE, existem duas escolas de pensamento nos EUA.

Uma, mais conservadora, «gostaria de ver a Turquia na UE mas considera o problema como maioritariamente europeu...» a outra, «- ainda mais dedicada à adesão Turca - partilha as dúvidas sobre a autenticidade do interesse da UE em ter a Turquia como membro e reconhece o dilema turco em levar em frente difíceis reformas políticas sem qual-

quer garantia de adesão»²⁵. Ainda assim, ambas as escolas apoiam o objectivo europeu da Turquia e têm tido um importante papel na definição da política externa americana. Em conclusão, o apoio americano à adesão da Turquia à UE é um tema privilegiado de um grupo de turcófilos que circulam nos corredores da burocracia em Washington e nas principais universidades e think tanks norte-americanos. A política de apoio baseia-se na convicção de que a Turquia, como membro da União Europeia, se consolidará como uma democracia avançada e próspera, servindo de modelo para o mundo muçulmano (este aspecto tornou-se crucial após o 11 de Setembro de 2001). Nos últimos anos, este apoio tem ganho progressivamente adeptos na hierarquia da Administração norte-americana, incluindo o Presidente dos EUA.

O APOIO AMERICANO NA PRÁTICA E SEUS POSSÍVEIS LIMITES

A minha atenção recai aqui sobre duas reuniões do Conselho Europeu que decorreram em Dezembro de 1999 e em Dezembro de 2002. Como enquadramento, enunciarei as principais decisões que nelas foram tomadas relativamente à adesão da Turquia. Para além disso, darei a conhecer o que estava em jogo para a Turquia e sublinharei algumas acções norte-americanas, desencadeadas antes ou durante as reuniões, destinadas a influenciar a UE.

O CONSELHO EUROPEU DE HELSÍNQUIA DE 1999

As conclusões do Conselho Europeu de Helsínquia saudaram o carácter positivo dos recentes desenvolvimentos na Turquia e notaram os esforços turcos em cumprir os critérios de Copenhaga de 1993. O documento declarava também a Turquia como «Um Estado candidato cuja adesão à União se deverá realizar com base nos mesmos critérios que os aplicados aos restantes estados candidatos»²⁶.

Mesmo com o aviso de que a Turquia possuía outras alternativas para além da UE e de que não haveria lugar a compromissos em assuntos essenciais ao interesse nacional turco, a designação de «Estado candidato» era a expectativa e o objectivo de Ancara para o Conselho de Helsínquia²⁷.

Apesar de ter alcançado o seu objectivo político, o governo turco expressou insatisfação pelo articulado das *conclusões da presidência*²⁸. As condições associadas ao estatuto de «candidato» referiam-se ao cumprimento de critérios políticos, com destaque especial para o tema dos direitos humanos; à necessidade para se progredir em assuntos como a questão de Chipre; e ao pedido de envio para o Tribunal Internacional de Justiça das questões fronteiriças não resolvidas bilateralmente num período de tempo aceitável²⁹. Este último requisito era uma alusão implícita às disputas greco-turcas no mar Egeu. Para além destes pontos, as *conclusões* indicavam que a não resolução da questão cipriota não impediria a futura adesão de Chipre à UE, o que foi considerado por Ancara como «absolutamente prejudicial»³⁰. Por fim, um aspecto tinha desagradado o Governo de Ancara: o esboço das conclusões enviado ao ministro dos Negó-

cios Estrangeiros turco, Ismail Cem, «não mencionava a Turquia como tendo um estatuto igual a todos os outros países candidatos»³¹. Isto foi posteriormente corrigido. A 10 de Dezembro, após terem notícias do seu novo estatuto na União Europeia, as autoridades turcas decidiram que era chegada a sua vez de colocar os líderes europeus em *stand-by*. A razão? Precisavam de entender as implicações gerais das conclusões da presidência para a Turquia³². No sentido de evitar um qualquer recuo, a UE enviou para Ancara Javier Solana, alto-representante da UE para a Política Externa e de Segurança Comum, e Günter Verheugen, o comissário responsável pelo alargamento, para «contar, aconselhar e explicar» a oferta feita pela UE³³. Com eles seguia uma carta do primeiro-ministro Paavo Lipponen da Finlândia – país que ocupava a presidência rotativa do Conselho – procurando elucidar os pontos das conclusões mais controversos para Turquia³⁴.

No mesmo dia, o Presidente Clinton envolver-se-ia também no esforço diplomático para ultrapassar o impasse³⁵. O Presidente americano telefonou ao primeiro-ministro turco encorajando-o a aceitar a oferta da UE e a pôr de lado «um ou dois problemas» encontrados no texto, dizendo-lhe que a decisão tomada em Helsínquia era uma «vitória para a Turquia»³⁶. Para além do Presidente Clinton, alguns líderes europeus – o chanceler alemão Gerhard Schröder e o Presidente francês Jacques Chirac – ligaram para Ancara no sentido de persuadir as autoridades turcas a não deixar passar a oportunidade que se apresentava ao país³⁷.

Depois de se reunir com o primeiro-ministro turco Bulent Ecevit e outros membros do Governo, Solana anunciou ao final da noite: «Temos um sim.»³⁸ As manobras diplomáticas daquele dia tinham dado resultado e, no dia seguinte, Bulent Ecevit participaria no almoço de trabalho em Helsínquia com os estados-membros da UE e com os restantes estados candidatos³⁹.

No sábado, 11 de Dezembro, o Presidente Clinton, satisfeito com o resultado de Helsínquia, louvou a decisão da UE, felicitou o primeiro-ministro turco, e destacou os esforços do primeiro-ministro grego Costas Simitis no sentido da estabilidade, prosperidade e paz no Sudeste europeu⁴⁰.

Em suma, mesmo que não totalmente satisfeito, o Governo turco alcançou em Helsínquia o seu objectivo: o estatuto de «Estado candidato» em termos iguais aos demais candidatos. O Presidente Clinton, por sua vez, juntamente com alguns líderes europeus, teve um papel essencial em desatar o nó diplomático criado, contribuindo para avançar os interesses externos americanos e turcos.

No que toca ao apoio americano à adesão da Turquia à UE, nos meses que antecederam a Cimeira de Helsínquia – para além da «confissão» da secretária de Estado Albright em Setembro de 1999 de que «Em todas as conversas que tenho com qualquer dos meus colegas ministros dos Negócios Estrangeiros da UE, que é essencial que a Turquia se torne no décimo segundo candidato»⁴¹ – a defesa mais entusiástica veio do Presidente Clinton em duas ocasiões.

Na primeira ocasião, respondendo a jornalistas, antes de se encontrar com Bulent Ecevit na Casa Branca a 28 de Setembro de 1999, Clinton reconheceu que «Desde o primeiro dia [...], tenho apoiado fortemente a integração da Turquia dentro da Europa, nas estruturas económicas da União Europeia assim como, obviamente, na NATO e noutras instituições»⁴². O Presidente americano considerava tal integração muito relevante para o mundo.

Na segunda, na sua visita bilateral à Turquia, na véspera da Cimeira de Istambul da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), o Presidente Clinton declarou na sua intervenção perante a Grande Assembleia Nacional da Turquia (GANT) a 15 de Novembro de 1999 que:

O futuro que queremos construir em conjunto requer antevisão por parte dos nossos aliados na Europa. Requer antevisão para entender que a nossa perspectiva de uma Europa unida, democrática, e em paz pela primeira vez em toda a história, nunca ficará completa até que e a não ser que abrace a Turquia. Os Estados Unidos da América não fazem parte da União Europeia, mas eu tenho constantemente encorajado a integração europeia a ir mais longe e mais depressa, e isso inclui a Turquia.⁴³

O Presidente concluiu dizendo que a integração da Turquia e de todo o Sudeste europeu na Comunidade Europeia fecharia um ciclo de unificação aberto em 1989 com a queda do Muro de Berlim⁴⁴. O discurso foi bem recebido nos meios políticos de Ancara, em especial as referências feitas à importância da Turquia para o futuro da Europa⁴⁵. As duas declarações do presidente e a da secretária Albright eram claras quanto ao objectivo da política externa americana: a integração da Turquia na UE.

Considerando o que aconteceu antes e durante Helsínquia, é possível admitir que o apoio americano à Turquia ajudou a produzir um resultado positivo em termos de objectivos de política externa americana e turca. Que razões podem explicar o êxito americano? Para além dos factores favoráveis à política dos EUA, quais os constrangimentos à acção americana? Foram ultrapassados? E se sim, como?

O facto de os EUA não serem membros da UE pode, em si mesmo, ser um limite à influência americana e à sua capacidade para fazer avançar na Europa os seus objectivos de política externa relativamente à Turquia. No entanto, como reconheceu o Presidente Clinton em Ancara em Novembro de 1999, tal não inibe os EUA de constantemente encorajarem a UE a admitir a Turquia. Por outro lado, a circunstância de não-membro não impede os norte-americanos de usarem a sua influência sobre os turcos ou sobre questões internacionais que podem ter indirectamente um efeito positivo nas aspirações europeias da Turquia.

Por exemplo, os EUA usaram a sua influência para pressionar a Turquia durante a visita do Presidente Clinton à Grécia, logo a seguir à Cimeira da OSCE em Istambul. Em Atenas, a 20 de Novembro de 1999, no seu discurso a líderes da sociedade civil, Clinton

disse claramente «A Turquia não pode ser totalmente integrada com êxito na Europa sem resolver as suas dificuldades com a Grécia»⁴⁶. Para além de pressão sobre a Turquia, a declaração servia de incentivo ao Governo grego para abandonar o seu tradicional veto à adesão da Turquia à UE.

Mas os EUA fizeram mais. Concentraram os seus esforços em assuntos paralelos à adesão da Turquia que permitiriam eventualmente chegar a um resultado positivo em Helsínquia: procura de uma solução para a questão de Chipre e, através dela, melhorar as relações greco-turcas⁴⁷. Devo notar, porém, que independentemente das tentativas americanas para resolver a questão de Chipre, as relações entre turcos e gregos melhoraram substancialmente em 1999 devido a alguns factores que esclarecerei mais adiante. Em 1999, tal como em anos anteriores, os EUA estavam empenhados em resolver a questão de Chipre. Em conjunto com o Reino Unido, os norte-americanos aproveitaram a proximidade da Cimeira de Bona do G8, de Junho de 1999, para lançar uma nova iniciativa diplomática⁴⁸. A estratégia anglo-americana seria posteriormente apoiada e desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, a 13 de Novembro de 1999, o secretário-geral da ONU Kofi Annan anunciava que cipriotas gregos e turcos tinham acordado iniciar conversações de proximidade em Nova York a 3 de Dezembro de 1999⁴⁹. A decisão de iniciar negociações não foi alheia ao envolvimento americano no processo. A Grécia e os cipriotas gregos eram, em geral, favoráveis ao modelo de diálogo bilateral. A Turquia, pelo contrário, tinha de ser persuadida para depois exercer pressão sobre os líderes cipriotas turcos a aceitarem a proposta da ONU. Este objectivo foi alcançado, primeiro, através do convite feito ao primeiro-ministro Ecevit para visitar a Casa Branca em 1999 e, segundo, ligando a possível visita bilateral do Presidente Clinton à Turquia e a participação dele na Cimeira da OSCE em Istambul, em Novembro de 1999, à aceitação turca dos termos de referência das negociações sobre Chipre conduzidas pela ONU⁵⁰. Este novo rumo permitiu uma melhoria das relações greco-turcas e foi também uma forma de os EUA influenciarem indirectamente o resultado alcançado em Helsínquia.

De acordo com o argumento avançado no início, é natural que os estados-membros da UE tenham maior influência nas decisões da organização do que um estado não-membro, pelo simples facto de participarem directamente nos mecanismos internos de tomada de decisão. As alterações de posição da Grécia e da Alemanha sobre a perspectiva de adesão turca e um renovado interesse britânico nas capacidades de defesa da União, podem ter contribuído para o clima favorável à Turquia em 1999⁵¹.

A mudança de posição grega sobre a Turquia foi, provavelmente, a mais relevante e aquela que mais terá contribuído para o resultado de Helsínquia. Ao levantar o veto sistemático à adesão turca, a Grécia «ofereceu» ao seu tradicional adversário o estatuto de candidato e enquadró as relações greco-turcas na UE⁵². Alguns factores concorreram para a nova postura grega: a nomeação de um novo ministro dos Negócios Estrangeiros, George Papandreou, após a crise governamental provocada pela captura

do líder do PKK Oçalan na Embaixada grega do Quénia; e o grande tremor de terra na Turquia, em Agosto de 1999. Papandreou tinha relativamente à Turquia uma perspectiva mais conciliadora; o desastre natural deu origem àquilo a que depois se chamou «diplomacia do tremor de terra», aproximando ambos os países através de intensa cooperação técnica e da significativa ajuda que a Grécia concedeu às autoridades turcas⁵³. Esta situação abriu caminho a uma reconciliação e colaboração em assuntos como Chipre e a UE.

AO LEVANTAR O VETO SISTEMÁTICO
À ADESÃO TURCA, A GRÉCIA «OFERECIU»
AO SEU TRADICIONAL ADVERSÁRIO O ESTATUTO
DE CANDIDATO E ENQUADROU AS RELAÇÕES
GRECO-TURCAS NA UE.

A alteração da postura da Alemanha em relação à Turquia foi fruto da mudança de governo. Em 1997, a Alemanha liderada pelo chanceler Helmut Kohl tinha-se oposto à candidatura turca à UE⁵⁴. Gerhard Schröder tinha porém uma visão diferente sobre o assunto. Antes de ser chanceler, numa conferência na Universidade de Georgetown em 1998, Schröder lamentava o estado das relações entre a Turquia e a Alemanha e comprometia-se a tentar normalizá-las caso fosse eleito. Na sua perspectiva, a Turquia era «mais um candidato à adesão»⁵⁵. Mais tarde, em Helsínquia, a posição alemã reflectiria a visão de Schröder relativamente à Turquia.

Por último, o crescente interesse britânico nos projectos de defesa da UE levou o Reino Unido a revigorar o seu tradicional apoio à adesão da Turquia. O fortalecimento do apoio em favor da Turquia foi provavelmente um *quid pro quo* pelo acolhimento norte-americano da Iniciativa Europeia de Segurança e Defesa (IESD)⁵⁶. Parece que como membro da NATO e aliado próximo dos britânicos, os EUA utilizaram a sua posição para influenciar o destino europeu da Turquia.

Neste tipo de análise, com presença de tantas variáveis, é difícil determinar com exactidão os factores que tiveram o papel mais relevante em fazer avançar os objectivos turcos em Helsínquia. Não obstante, os exemplos brevemente apresentados (Grécia, Alemanha e Reino Unido) permitem provavelmente concluir que as políticas seguidas pelos membros da UE tiveram, em 1999, um efeito positivo superior ao apoio directo americano à adesão da Turquia à UE. Todavia, também não se pode esconder que os EUA, ainda que lateralmente, contribuíram para a mudança política na Grécia e influenciaram os britânicos a favor de Ancara.

Numa relação entre aliados, como aquela que envolve os EUA e a UE, *poder* é um instrumento menos «utilizável». Ao excluir instrumentos tradicionalmente usados na condução da política externa, a estratégia americana tem de se basear principalmente na capacidade de persuadir a UE. No entanto, tudo leva a crer que no caso de Helsínquia, para além de *poder*, a capacidade de persuasão dos EUA foi de menor importância. Aparentemente na Finlândia todos os membros da UE concordaram que era tempo de conceder à Turquia o estatuto de «Estado candidato». Provavelmente, o interesse comum, americano e europeu, de ancorar a Turquia ao Ocidente (comprovado, por exemplo, pela

participação da Turquia na NATO e pela União Aduaneira com a UE), somado a interesses específicos de alguns países europeus, prevaleceu sobre quaisquer outras considerações. Houve portanto em Helsínquia um «encontro» de posições entre EUA e a UE, materializado num avanço significativo da posição da Turquia na organização europeia. Para além dos factores referidos, parece não ter havido um conflito entre diferentes interesses da política externa americana. O apoio americano à Turquia estava ligado a outros interesses de Washington, tais como a estabilidade regional e a resolução da questão de Chipre (e esta com as relações Turquia-UE), mas nenhum deles colidiu com aquilo que estava em jogo: o apoio ao projecto europeu da Turquia. Pelo contrário, os interesses mencionados convergiram com o objectivo turco de aproximação à UE.

Quanto à implementação e comunicação do apoio americano – mesmo que na Europa haja tendência para exasperação quando «Presidentes americanos oferecem regularmente à Turquia a adesão à UE, como se lhes pertencesse a eles oferecer tal presente»⁵⁷ – pode concluir-se que decorreu sem sobressaltos, não havendo oposição declarada.

A somar a tudo isto, pode surgir um elemento adicional com consequências tanto positivas como negativas para os interesses americanos e para a execução das suas políticas: as percepções sobre os EUA na Europa. Em 1999, este factor pode ter ajudado positivamente a estratégia americana de apoio à Turquia. Apesar das divergências entre americanos e europeus a propósito da Bósnia e do Kosovo⁵⁸, as percepções europeias sobre os EUA eram na altura positivas. Os resultados de uma sondagem PEW são ilustrativos: no período 1999-2000, 83 por cento dos britânicos, 62 por cento dos franceses, 78 por cento dos alemães e 76 por cento dos italianos inquiridos afirmaram ter uma opinião favorável sobre os EUA⁵⁹. Com um ambiente internacional favorável, não era de esperar oposição considerável aos objectivos e à prática da política externa americana, o que favorecia os norte-americanos no seu apoio às ambições europeias da Turquia.

Numa avaliação geral, a capacidade americana de influenciar a UE naquilo que diz respeito à Turquia não foi seriamente desafiada em Helsínquia. Os dois factores estruturais susceptíveis de limitar a capacidade dos EUA – a não participação directa nos mecanismos internos de tomada de decisão da UE e a impossibilidade de usar alguns dos tradicionais instrumentos da política externa – foram contornados: os norte-americanos influenciaram questões paralelas que podiam contribuir para um resultado positivo em Helsínquia (Chipre, por exemplo) e a estratégia de persuasão utilizada foi eventualmente facilitada por uma convergência de interesses entre europeus e americanos. A ausência das outras três condições potencialmente limitadoras da influência americana – oposição entre interesses dos EUA e da UE; conflito entre diferentes interesses da superpotência; e deficiente implementação política – concorreu positivamente para o seu desempenho. Somado a tudo isto, as opiniões positivas na Europa sobre os EUA, em 1999, criaram uma atmosfera propícia à concretização dos objectivos da política externa americana.

Se a capacidade americana em ultrapassar factores estruturais, ligada à ausência de condições variáveis, permitiu a Washington apoiar a jornada europeia da Turquia, que conclusões tirar do aparecimento de alguns dos factores susceptíveis de condicionar a acção externa dos EUA? Ficará, ou não, mais limitada a influência americana na UE? O estudo do Conselho Europeu de Copenhaga de Dezembro de 2002 permite responder a estas questões e contribui para validar o argumento de que, em determinadas circunstâncias, a capacidade dos EUA em apoiar a adesão da Turquia à UE pode ser desafiada e limitada.

O CONSELHO EUROPEU DE COPENHAGA DE DEZEMBRO DE 2002

No Conselho Europeu de Copenhaga, a UE encorajou, mais uma vez, a Turquia a prosseguir com o seu programa reformista e declarou que «Se, com base num relatório e numa recomendação da Comissão, o Conselho Europeu de Dezembro de 2004 decidir que este país satisfaz os critérios políticos de Copenhaga, a União Europeia encetará sem demora as negociações de adesão com a Turquia»⁶⁰. A UE urgiu também o Governo turco «A dar rapidamente resposta a todas as lacunas ainda existentes no domínio dos critérios políticos...» apontando, nomeadamente, para a necessidade de implementação *de jure* e *de facto* das reformas⁶¹.

Numa sessão da Grande Assembleia Nacional da Turquia, em Dezembro de 2002, Recep Tayyip Erdogan, líder do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) no poder, classificou «como vitória histórica» a decisão tomada em Copenhaga»⁶². A verdade, porém, é que o resultado da Cimeira Europeia ficava aquém das expectativas da Turquia⁶³. As primeiras reacções do primeiro-ministro Abdullah Gül tinham sido claras: «totalmente inaceitável» e «um acto de preconceito»⁶⁴.

NUMA SESSÃO DA GRANDE ASSEMBLEIA NACIONAL DA TURQUIA, EM DEZEMBRO DE 2002, RECEP TAYYIP ERDOGAN, LÍDER DO PARTIDO DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO (AKP) NO PODER, CLASSIFICOU «COMO VITÓRIA HISTÓRICA» A DECISÃO TOMADA EM COPENHAGA».

O objectivo de Ancara era obter uma data fixa para o início das negociações e, na realidade, o resultado final ficou longe disso⁶⁵. O desfecho de Copenhaga ficava também aquém daquilo que os EUA pretendiam. A decisão de Copenhaga era uma escolha intermédia entre uma proposta franco-alemã para «Abrir negociações em Julho de 2005 se a UE desse à Turquia notas aceitáveis após rever o seu progresso nas áreas dos Direitos Humanos e das práticas democráticas» e uma contraproposta de seis membros da UE (Bélgica, Reino Unido, Grécia, Itália, Portugal e Espanha) que defendia que as negociações deviam começar em Janeiro de 2004⁶⁶. Nos dias que precederam o Conselho Europeu de Copenhaga, os EUA aumentaram a pressão sobre a União Europeia. Depois de uma visita ao presidente do Conselho Europeu – o primeiro-ministro dinamarquês Anders Fogh Rasmussen – o chefe do AKP, Erdogan, viajou para Washington para se encontrar com o Presidente George W. Bush a 10 de Dezembro de 2002⁶⁷. Nas declarações à imprensa antes da reunião com o líder turco,

o Presidente Bush afirmava os EUA como um dos melhores amigos e aliados da Turquia e defendia o desejo de Ancara «de tornar-se membro da União Europeia»⁶⁸. Numa troca de palavras com os jornalistas, Bush admitia que tinha feito muitos telefonemas e que a sua Administração estava a «trabalhar arduamente em benefício da Turquia»⁶⁹.

Conhecedor das divergências entre países europeus a propósito da Turquia, o Presidente americano, na véspera do Conselho Europeu, telefonou a Jacques Chirac e a Rasmussen para os persuadir a dar à Turquia uma data para a abertura das negociações⁷⁰. Simultaneamente, o secretário de Estado Colin Powell enviou uma carta confidencial a Chris Patten, comissário europeu para as relações externas. Nessa carta, o chefe da diplomacia americana parecia desvalorizar os critérios de Copenhaga de 1993, argumentando que mesmo que a Turquia não tivesse cumprido todas as condições, ela estaria em posição de iniciar negociações⁷¹. Contudo, esta e outras acções americanas não mudaram o curso dos acontecimentos. A UE optou por uma solução de compromisso tentando acomodar as duas posições que se tinham apresentado em Copenhaga.

A 13 de Dezembro, após a Cimeira de Copenhaga, a Casa Branca emitia um comunicado saudando a decisão da UE «Em abrir sem demora negociações conducentes à adesão da Turquia após decidir em Dezembro de 2004, que a Turquia tinha cumprido os critérios políticos de Copenhaga»⁷².

O apoio da Administração Bush à adesão da Turquia à UE tornou-se mais enérgico em meados do ano de 2002⁷³. A Casa Branca, o Departamento da Defesa e o Departamento

O APOIO DA ADMINISTRAÇÃO BUSH À ADESÃO DA TURQUIA À UE TORNOU-SE MAIS ENÉRGICO EM MEADOS DO ANO DE 2002. A CASA BRANCA, O DEPARTAMENTO DA DEFESA E O DEPARTAMENTO DE ESTADO ENVOLVERAM-SE FORTEMENTE NO PROCESSO.

de Estado envolveram-se fortemente no processo. A pressão sobre a Europa, quando comparada com o que se passou em Helsínquia, não tinha precedente. Uma das declarações mais relevantes a favor da Turquia veio de Paul Wolfowitz, secretário adjunto da Defesa, feita a 14 de Julho de 2002 em Istambul:

A ambição da Turquia em aderir à União Europeia é um desenvolvimento que deveria ser saudado por todos os que partilham os valores da liberdade e da democracia...A Europa tem a oportunidade estratégica para ajudar a Turquia a realizar as suas aspirações de juntar-se à UE e para demonstrar a 1,2 mil milhões de muçulmanos no mundo que existe um caminho melhor do que aquele que é oferecido pelos terroristas⁷⁴.

Wolfowitz defenderia novamente em público a adesão da Turquia à UE a 16 de Julho de 2002, e a 2 e 3 de Dezembro 2002⁷⁵. Na sua última intervenção a este propósito o secretário adjunto argumentou que seria «certamente impensável» excluir a Turquia da UE⁷⁶. Para além de Wolfowitz, muitos outros, como o subsecretário de Estado Marc Gross-

man e o secretário de Estado Colin Powell, multiplicaram os seus esforços a favor da causa turca na UE⁷⁷.

Considerando que a ligação da Turquia ao Ocidente é um interesse partilhado pela UE e pelos EUA e tendo em conta a energia política despendida pelos norte-americanos antes e durante a Cimeira de Copenhaga, o que é que pode explicar a aparente incapacidade dos EUA em garantir um resultado favorável aos seus interesses? O que é que correu mal?

O constrangimento institucional sentido em Copenhaga foi semelhante a Helsínquia: não sendo membro da UE, a capacidade norte-americana em influenciar o processo de tomada de decisão dentro da União foi limitada. Uma vez mais, Washington envolveu-se em questões paralelas que podiam contribuir para o avanço da posição turca na UE. Durante 2002, por exemplo, os EUA mantiveram o apoio à ONU para resolver a questão de Chipre⁷⁸.

Este constrangimento institucional pode dar origem à seguinte pergunta: faria diferença para os interesses americanos se os EUA fossem um membro de pleno direito da UE, assim como o são da NATO, ou se tivessem com a União uma relação de consultas recíprocas semelhante àquela que está estipulada no Tratado de Washington? Na minha perspectiva sim. Uma breve análise ao que se passou na NATO antes e depois da Cimeira Europeia de Copenhaga pode trazer alguma luz a esta discussão.

Em Novembro-Dezembro de 2002 os EUA, membros fundadores da NATO, procederam a um estudo sobre as modalidades em que a Aliança Atlântica teria de intervir no caso de uma guerra com o Iraque⁷⁹. As possibilidades desenhadas por Washington incluíam, por exemplo, em caso de ameaça iraquiana, a assistência à Turquia com base no artigo V do Tratado de Washington⁸⁰. Esta e outras opções foram desenvolvidas pelos EUA e estavam a ser avaliadas dentro da Aliança sem que aparentemente houvesse resistência. Todavia, em Janeiro de 2003, uma fuga de informação para a imprensa sobre os planos da NATO relativos ao Iraque levou a França e a Alemanha a bloqueá-los formalmente⁸¹. O curto impasse que se seguiu à iniciativa franco-alemã poderia ser usado para defender que, apesar de ser membro da NATO, os EUA nem sempre atingem os seus objectivos dentro da organização. Seguindo, portanto, esta linha de argumento, a capacidade de influência dos EUA não se alteraria substancialmente caso os EUA fossem membros da UE. Logo, o apoio americano às ambições europeias da Turquia não seria reforçado.

Porém, e porque os EUA são membro da NATO, Washington foi capaz de encontrar uma solução para o embaraço criado dentro da Aliança Atlântica: transferiu a preparação dos planos relativos a uma eventual defesa da Turquia para o Comité de Planeamento da Defesa, onde os franceses não participam desde 1966; e foi capaz de ultrapassar a oposição da Alemanha e da Bélgica, países que com a França tinham inicialmente confrontado a estratégia americana na NATO⁸². A participação na NATO deu aos EUA a possibilidade de usar as estruturas da organização em seu benefício e fazer

avançar os seus objectivos externos, mesmo sem ter eliminado por completo a resistência aos seus planos para o Iraque. O exemplo dado pode indicar que provavelmente, como membro da UE, os EUA teriam maior ascendente sobre os mecanismos de tomada de decisão da organização facilitando a seu apoio à Turquia. Em conclusão, o facto de os EUA não serem um membro da UE (e o cenário da sua adesão não é sequer plausível) significa que existe um limite à influência norte-americana sobre as escolhas da União relativamente à Turquia.

Associado ao constrangimento institucional está o facto de os membros da UE, participantes directos no processo de decisão, terem comparativamente mais influência do que os EUA nas políticas desenvolvidas pela organização.

O FACTO DE OS EUA NÃO SEREM UM MEMBRO DA UE (E O CENÁRIO DA SUA ADESÃO NÃO É SEQUER PLAUSÍVEL) SIGNIFICA QUE EXISTE UM LIMITE À INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA SOBRE AS ESCOLHAS DA UNIÃO RELATIVAMENTE À TURQUIA.

Tudo indica que, em Copenhaga, um conflito entre estados-membros da UE acabou por ter um papel determinante nas decisões do Conselho sobre a Turquia. A oposição entre a *entente* franco-germânica e os seis países que propunham Janeiro de 2004 para o início das negociações com Ancara acabou por dominar a reunião. Alguns ana-

listas sugerem que a incapacidade da União Europeia em responder positivamente às aspirações da Turquia resultou de um novo ascendente do eixo franco-alemão no seio da organização e também do desejo do Presidente Chirac em revitalizar o projecto de unificação europeu⁸³. Por outro lado, é possível admitir que os planos americanos para o Iraque tenham ajudado a alimentar as divisões entre estados europeus no Outono de 2002, contribuindo também para a nova postura de franceses e alemães⁸⁴. Tudo isto poderá ter comprometido a influência americana na UE de forma significativa.

Tal como em 1999, também em Copenhaga, o instrumento preferencial para convencer a UE relativamente à adesão da Turquia seria a persuasão. Poder – leia-se métodos coercivos – era, uma vez mais, um instrumento para não usar. A capacidade dos EUA para «convencer» os aliados seria então determinante, especialmente num momento de tensão transatlântica. Porém, em Dezembro de 2002, o apoio americano a Ancara foi provavelmente visto na Europa não como uma defesa «da democracia na Turquia ou do fortalecimento do papel da UE, mas como parte da agenda de segurança de Washington»⁸⁵. A aparente ligação entre o apoio americano à Turquia e a guerra iminente com o Iraque tornou a estratégia de persuasão dos EUA mais difícil⁸⁶.

Se em Helsínquia todos os membros da UE acordaram em fazer avançar o estatuto da Turquia no seio da organização – uma posição partilhada e prosseguida pelos EUA – em Copenhaga três razões terão contribuído para atenuar a capacidade de influência americana: uma disputa entre interesses de alguns estados europeus e interesses norte-americanos; um conflito entre diferentes objectivos da superpotência; e a estratégia seguida pelos EUA em apoio da Turquia.

Começarei pela última. O nível de pressão exercido pela Administração americana a favor da Turquia foi recebido muito negativamente em algumas capitais europeias. O antagonismo criado foi provavelmente amplificado pela deterioração da imagem dos EUA no exterior. Por exemplo, de 1999-2000 a 2002, a imagem da América na Europa desceu 17 por cento na Alemanha, oito por cento na Grã-Bretanha, seis por cento em Itália e 22 por cento na Turquia. Só em França se assistiu a uma melhoria de um por cento⁸⁷! Desde 4 de Dezembro de 2002 que havia relatos da irritação crescente na Europa a propósito do apoio americano à Turquia⁸⁸. Os críticos mais frontais eram os franceses. Após o telefonema do Presidente Bush ao Presidente Chirac, Nicole Fontaine, ministra francesa da Indústria declarou que «Não cabia ao Presidente americano interferir numa decisão europeia»⁸⁹. O francês Pascal Lamy, comissário europeu do Comércio, juntou-se a Fontaine dizendo que era «Um clássico da diplomacia americana querer pôr a Turquia na Europa...» e perguntava: «Imaginem a reacção se nós lhes disséssemos que tinham de alargar para o México?»⁹⁰ Outros líderes europeus verbalizaram irritação semelhante: o presidente do Parlamento Europeu, o irlandês Pat Cox; o primeiro-ministro sueco, Goeran Persson; ou Günter Verheugen, o comissário europeu do Alargamento, que explicou o falhanço turco – e americano – em Copenhaga da seguinte forma: «A pressão velada e as ameaças vindas de dentro da Turquia mas também de fora... deram origem a um excesso [de pressão] desnecessário... foi apenas uma fracção a mais, a fracção que desencadeou uma reacção negativa na Europa.»⁹¹ Para além do resultado negativo desencadeado pela forma como o apoio americano foi comunicado, os EUA podem ter cometido uma *gaffe* política com a carta que Colin Powell enviou a Chris Patten pedindo uma data fixa para o início das negociações de adesão com Turquia, e sugerindo ao mesmo tempo que a UE fechasse os olhos ao incumprimento de alguns dos critérios de Copenhaga. Na medida em que a influência da UE se baseia principalmente na sua dupla capacidade de atrair e condicionar estados candidatos a cumprir um conjunto de reformas no período pré-adesão, a carta de Powell pode ter sido um erro político, comprometendo a estratégia americana. Aceitar tal proposta significava abrir um precedente inaceitável para alargamentos futuros⁹². O resultado de Copenhaga não resultou exclusivamente de uma estratégia questionável. Um conflito entre interesses dos EUA e interesses de alguns dos membros da UE parece ter surgido. Por sua vez, este conflito, foi provavelmente consequência de uma colisão não antecipada entre objectivos políticos dos EUA. Para um conjunto de líderes europeus, o apoio americano à adesão da Turquia à UE durante a Cimeira de Copenhaga era uma forma de Washington garantir o futuro apoio de Ancara numa possível guerra com o Iraque. Se não havia ligação entre os dois assuntos, como explicar o envolvimento activo de Paul Wolfowitz no processo?

Os países que se opuseram à decisão de fixar uma data para o início de negociações com a Turquia, a França e a Alemanha, também se opunham à estratégia americana no Iraque. Provavelmente, no Outono de 2002, o bloco franco-alemão preocupou-se

mais em prevenir os EUA de prosseguirem com a sua política iraquiana do que em avançar com o objectivo turco de integração na União. Ao rejeitarem o objectivo turco, alemães e franceses enviavam um sinal claro a Washington.

Da análise deste período é possível concluir que a capacidade norte-americana em influenciar a UE, antes e durante Copenhaga, foi desafiada e limitada. O conflito dentro da UE, entre a dupla franco-alemã e países como a Espanha e o Reino Unido, pode ter comprometido o objectivo americano de adesão da Turquia à organização. Como membros da UE, as posições daqueles países acabaram por ter uma importância acrescida no resultado do Conselho Europeu de Copenhaga. Não fazendo parte da UE, os EUA tiveram menor capacidade para gerir os acontecimentos de forma a garantir um resultado consistente com os seus interesses.

Persuasão e uma estratégia bem desenhada teriam sido instrumentos determinantes, principalmente num período de discórdia entre aliados. Todavia, este não foi o caso em Dezembro de 2002. A forma como a política americana foi implementada e comunicada, os conflitos que surgiram entre europeus e americanos e a natureza conflitual dos interesses norte-americanos conduziram os EUA a uma posição que impediu o apoio eficaz aos seus objectivos e aos objectivos da Turquia no Conselho Europeu de Copenhaga.

CONCLUSÃO

O contraste entre Helsínquia e Copenhaga ajuda a explicar porque é que a capacidade dos EUA em apoiar a adesão da Turquia à UE pode ser, em determinadas circunstâncias, desafiada e limitada. Olhando para ambos os casos, é possível concluir que a aptidão para influenciar a UE parece estar mais pronunciada em Helsínquia do que em Copenhaga.


O facto de os EUA não serem membros da UE limitou a influência americana nas decisões da União relativas à Turquia. Por outro lado, nas cimeiras analisadas, os membros da UE tiveram, em geral, maior influência do que os EUA no curso dos acontecimentos (exemplos: Grécia em Helsínquia e França e Alemanha em Copenhaga). Em ambos os casos, Washington tentou ultrapassar estas dificuldades. Em Helsínquia, com maior sucesso. Influenciou a questão de Chipre e contribuiu para a alteração da política grega quanto à Turquia. Contrariamente, em Copenhaga, mesmo investindo na resolução de problemas paralelos (Chipre, por exemplo), o conflito surgido dentro da União Europeia a propósito da Turquia (e provavelmente do Iraque) dominou a reunião. Os EUA acabaram, assim, por ver gorados alguns dos seus objectivos de política externa.

A natureza da relação entre os EUA e a UE inibe o uso de alguns instrumentos tradicionais da política externa de um Estado (meios coercivos, por exemplo). Este constrangimento relacional torna necessária a elaboração e implementação de uma eficaz estratégia de comunicação (e persuasão) internacional. Olhando para ambos os casos, os EUA tiveram maior êxito em Helsínquia do que em Copenhaga. Note-se todavia que

em 1999, tendo havido uma convergência de interesses entre EUA e UE, persuasão era também um instrumento menos necessário. Contrariamente, em 2002, a forma como a política foi comunicada e implementada produziu oposição aos interesses americanos. O grau de pressão pública sobre os líderes europeus – algo menos saliente em Helsínquia – e eventuais erros políticos como a missiva de Colin Powell tiveram um efeito contraproducente, limitando a capacidade de influência americana em Copenhaga. Para além disto, é bom lembrar que, se em Helsínquia a opinião internacional sobre os EUA era positiva, em Copenhaga estava em declínio.

Finalmente, é possível admitir que, em Copenhaga, o conflito de interesses que se desencadeou entre os EUA e alguns estados europeus, e o antagonismo entre objectivos externos americanos tenham diminuído a capacidade americana para persuadir a UE a definir uma data fixa para o início de negociações com a Turquia. As divergências estratégicas entre os EUA e a dupla franco-alemã a propósito do Iraque tiveram um efeito de *spill over*, dificultando o apoio americano à Turquia. Em Helsínquia nada disto se verificou. Pelo contrário. Na capital finlandesa assistiu-se a uma coincidência de interesses europeus e americanos e os objectivos gerais da política externa norte-americana concorreram para o avanço do estatuto turco na UE.

Em suma, uma combinação de factores diminuiu a capacidade americana de influenciar a UE em Copenhaga, frustrando aquele que era um claro objectivo para Washington e Ancara: a definição de uma data concreta para a UE abrir negociações com a Turquia. Em Helsínquia sucedeu o oposto. A capacidade americana em ultrapassar alguns dos constrangimentos estruturais e a ausência de alguns dos factores variáveis permitiu aos EUA alcançar os seus objectivos externos, materializados na decisão da UE em conferir à Turquia o estatuto de «Estado candidato».

As flutuações nos resultados do apoio norte-americano aos objectivos europeus de Ancara não impediram o eventual início das negociações de adesão entre a Turquia e a UE em Outubro de 2005. Outros estudos sobre o tema poderão talvez iluminar e avaliar o auxílio americano à Turquia nas recentes etapas do processo de aproximação do país à Europa. 

NOTAS

- 1 Agradeço à Fulbright, à FLAD, à Fletcher School of Law and Diplomacy e à Universidade Lusíada o apoio financeiro concedido entre 2004 e 2006. Agradeço ao Alan K. Henrikson, ao Dimitri Kerides, ao Jorge Oliveira e Sousa, à Alejandra Bolanos e à Ana Margarida Santos a leitura e os comentários às primeiras versões deste texto. Erros e omissões são da minha responsabilidade. Tradução livre do Inglês pelo autor.
- 2 O apoio dos EUA à aproximação da Turquia à UE precede o fim da Guerra Fria. Todavia, o fim do sistema bipolar deu-lhe um forte impulso. Isto será discutido com maior detalhe na segunda parte do artigo.
- 3 Para além dos exemplos dados, a possibilidade de os EUA usarem a sua missão diplomática junto da UE para influenciar a posição da Turquia na UE deve ser considerada.
- 4 HOLSTI, K.J. – «The concept of power in the study of international relations». In *Background*, vol. 7, n.º 4, Fevereiro de 1964, p. 191 [Consultado a 2 de Dezembro de 2005]. Disponível em: JSTOR.
- 5 *Ibidem*.
- 6 Utilizo aqui a distinção entre *poder* e *influência* avançada por Lord Strang. De acordo com Strang, *poder* significa «A capacidade de coagir, baseada largamente na posse de força material – militar ou económica. Influência é a capacidade de persuadir, baseada em alguma medida – por vezes em grande medida, mas não necessariamente – em poder» [STRANG, Lord – *Britain in World Affairs: A Survey of the Fluctuations in British Power and Influence, Henry VIII to Elizabeth II*. Londres: Faber & Faber e Andre Deutsch, 1961, p. 13].
- 7 WALT, Stephen – «Musclebound: the limits of U.S. power». In *The Bulletin of Atomic Scientists*, vol. 55, n.º 2, 1999, pp. 45-46.
- 8 *Ibidem*, p. 48.
- 9 A Turquia iniciou as negociações para adesão com a UE na sequência de uma reunião do Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas que teve lugar no Luxemburgo a 3 de Outubro de 2005. A escolha desta data para iniciar negociações com a Turquia tinha sido previamente definida no Conselho Europeu de Bruxelas de 16 e 17 de Dezembro de 2004. Cfr., respectivamente, COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION, GENERAL AFFAIRS – *Press Release 12514/1/05 REV 1*, Luxembourg, 3 de Outubro de 2005 [Consultado a 7 de Fevereiro de 2006]. Disponível em: http://ue.eu.int/ue_docs/cms_data/docs/pressData/en/gena/86442.pdf; COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Brussels European Council, 16/17 December 2004: Presidency Conclusions*. Brussels, 17 de Dezembro de 2004, p. 6 [Consultado a 7 de Fevereiro de 2006]. Disponível em: http://www.eu2004.nl/default.asp?CMS_TCP=tcpAsset&id=8EBC25BB369148B28C36264CABC0DE31X1X68003X52.
- 10 Para um sumário da política norte-americana para a Turquia e relações EUA-Turquia cfr., por exemplo, AYDIN, Mustafa e ERHAN, Çağrı (eds.) – *Turkish-American Relations: Past, Present and Future*. Londres e Nova York: Routledge, 2004; ABRAMOWITZ, Morton (ed.) – *Turkey's Transformation and American Policy*. Nova York: The Century Foundation Press, 2000; ABRAMOWITZ, Morton (ed.) – *The United States and Turkey: Allies in Need*. Nova York: The Century Foundation Press, 2003; LESSER, Ian O. – «Turkey and the United States: anatomy of a strategic relationship». In *The Future of Turkish Foreign Policy*. Cambridge, MA/Londres, Inglaterra: The MIT Press, 2004, pp. 83-99; MOKOVSKY, Alan O. – «Turkey». In *The Pivotal States: A New Framework for U.S. Policy in the Developing World*. Nova York e Londres: W.W. Norton and Company, 1999, pp. 88-119; SAYARI, Sabri – «Turkey and the United States: changing dynamics of an enduring alliance». In *Turkey's Foreign Policy in the 21st Century: A Changing Role in World Politics*. Aldershot, Inglaterra e Burlington, VT: Ashgate, 2003, pp. 27-39; e GÜNEY, Aylin – «An anatomy of the transformation of the US-Turkish alliance: from «Cold War» to «War on Iraq»». In *Turkish Studies*, vol. 6, n.º 3, Setembro de 2005, pp. 341-359.
- 11 O texto integral da Doutrina Truman pode ser consultado, por exemplo, em BARTLETT, Ruhl – *The Record of American Diplomacy: Documents and Readings in the History of American Foreign Relations*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1948, pp. 725-729.
- 12 SAYARI, Sabri – «Turkish-American relations in the post-Cold War era: issues of convergence and divergence». In *Turkish-American Relations: Past, Present and Future*. Londres e Nova York: Routledge, 2004, p. 92.
- 13 LESSER, Ian O. – «Turkey and the United States: anatomy of a strategic relationship», p. 85.
- 14 Sobre a questão Curda cfr., por exemplo, KIRIŞCI, Kemal – «The Kurdish question and Turkish foreign policy». In *The Future of Turkish Foreign Policy*. Cambridge, MA/Londres, Inglaterra: The MIT Press, 2004, pp. 277-314.
- 15 Para um breve sumário das relações israelo-turcas cfr. MARTIN, Lenore G. – «Turkey's Middle East foreign policy». In *The Future of Turkish Foreign Policy*. Cambridge, MA/Londres, Inglaterra: The MIT Press, 2004, pp. 181-186.
- 16 ABRAMOWITZ, Morton – «Introduction and overview». In *Turkey's Transformation and American Policy*. Nova York: The Century Foundation Press, 2000, pp. 6-7.
- 17 BARKEY, Henri J. – «The endless pursuit: improving U.S.-Turkish relations». In *The United States and Turkey: Allies in Need*. Nova York: The Century Foundation Press, 2003, p. 216.
- 18 ABRAMOWITZ, Morton – «Introduction: the United States and Turkey: new oppor-
- tunities and old problems». In *The United States and Turkey: Allies in Need*. Nova York: The Century Foundation Press, 2003, p. 17.
- 19 Cf., por exemplo, CONGRESS, HOUSE, COMMITTEE ON INTERNATIONAL RELATIONS – *Overview of U.S. Policy in Europe: Hearing before the Committee on International Relations*. 104th Cong., 1st sess., 28 de Julho de 1995. Para um dos primeiros artigos que discute este assunto cfr. AMUS, Ronald D., KUGLER, Richard L. e LARRABEE, F. Stephen – «Building a New NATO». In *Foreign Affairs*, vol. 72, n.º 4, Setembro-Outubro de 1993, pp. 28-40.
- 20 SAYARI, Sabri – «Turkish-American relations in the post-Cold War era: issues of convergence and divergence», p. 101. Para uma cronologia até 2002, cfr. ERDEMLI, Özgül – «Chronology: Turkey's relations with the EU». In *Turkey and the European Union: Domestic Politics, Economic Integration and International Dynamics*. Londres e Portland, OR: Frank Cass, 2003, pp. 4-8.
- 21 SAYARI, Sabri – «Turkish-American relations in the post-Cold War era: issues of convergence and divergence», pp. 101-102; SAYARI, Sabri – «Turkey and the United States: changing dynamics of an enduring alliance», p. 34; e ABRAMOWITZ, Morton – «Introduction and overview», p. 6.
- 22 BARKEY, Henri J. – «The endless pursuit: improving U.S.-Turkish relations», p. 215.
- 23 ABRAMOWITZ, Morton – «The complexities of American policymaking on Turkey». In *Turkey's Transformation and American Policy*. Nova York: The Century Foundation Press, 2000, p. 161.
- 24 *Ibidem*, pp. 161-171. Para uma versão detalhada sobre o tema cf. YILMAZ, Şuhnaz – «The impact of lobbies on Turkish-American relations». In *Turkish-American Relations: Past, Present and Future*. Londres e Nova York: Routledge, 2004, pp. 181-209.
- 25 ABRAMOWITZ, Morton – «Introduction: The United States and Turkey: new opportunities, old problems», p. 17.
- 26 HELSINKI EUROPEAN COUNCIL – *Presidency Conclusions*, 10 e 11 de Dezembro de 1999. [Consultado a 9 de Dezembro de 2005]. Disponível em: http://europa.eu.int/council/off/ concl/dec99/dec99_en.htm.
- 27 KINZER, Stephen – «First question for Europe: is Turkey really European?». In *The New York Times*, 9 de Dezembro de 1999, p. A12 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.
- 28 «EU delegation in Ankara to convince Turkey on EU candidacy». In *Agence France Presse*, 10 de Dezembro de 1999. [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.
- 29 HELSINKI EUROPEAN COUNCIL – *Presidency Conclusions*, 10 e 11 de Dezembro

de dezembro 1999. [Consultado a 9 de Dezembro de 2005]. Disponível em: http://europa.eu.int/council/off/conclu/dec99/dec99_en.htm.

30 «Turkish premier heads to Helsinki for EU lunch». In *Agence France Presse*, 11 de Dezembro de 1999. [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

31 PEEL, Quentin – «Little is left to chance in Turkey's bid for Europe: drama and tension over Cyprus issues prove to be purely theatrical». In *Financial Times*, 3 de Dezembro de 1999, p. 16 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

32 MACPHERSON, Robert – «EU opens door to Turkey, mulls over Chechnya». In *Agence France Presse*, 10 de Dezembro de 1999 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

33 «EU delegation in Ankara to convince Turkey on EU candidacy».

34 Para uma versão integral da carta cf. HANNAY, David – *Cyprus: the search for a solution*. Londres e Nova York: I. B. Tauris, 2005, p. 115.

35 «Clinton urges Turkey to accept EU invitation: report». In *Agence France Presse*, 10 de Dezembro de 1999 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

36 PEEL, Michael – «Turkey urged to «put aside problem»». In *Financial Times*, 11 de Dezembro de 1999, p. 6 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis; e Peel, Quentin, op.cit.

37 GULTALS, Selcuk – «Stalemate overcome by intense diplomacy». In *Turkish Daily News*, 12 de Dezembro de 1999 [Consultado a: 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

38 «Turkey accepts EU offer of candidate status». In *Agence France Presse*, 10 de Dezembro de 1999 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

39 NACHEMAN, Allen – «Ecevit joins EU leaders after Turkey wins first step to membership». In *Agence France Presse*, 11 de Dezembro de 1999 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

40 «Clinton welcomes Turkey's EU candidacy». In *Agence France Presse*, 11 de Dezembro de 1999 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis; e «Clinton congratulates Greek PM Simitis on Turkey EU candidacy». In *Agence France Presse*, 11 de Dezembro de 1999 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

41 ALBRIGHT, Madeleine K., e CEM, Ismail – *Joint Press Conference*. Istanbul Airport, Istanbul, Turkey, 5 de Setembro de 1999 [Consultado a 10 de Novembro de 2005]. Disponível em: <http://secretary.state.gov/www/statements/1999/990905.html>.

42 U. S. PRESIDENT – *Public Papers of the Presidents of the United States*. Washington,

D.C.: Office of the Federal Register, National Archives and Records Administration, 2001. «William J. Clinton». 1999, p. 1621.

43 *Ibidem*, p. 2096.

44 *Ibidem*.

45 «Turkish politicians praise US president's speech». In *BBC Monitoring Europe – Political*, 16 de Novembro de 1999 [Consultado a 5 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

46 U. S. PRESIDENT – *Public Papers of the Presidents of the United States*. Washington, D.C.: Office of the Federal Register, National Archives and Records Administration, 2001. «William J. Clinton». 1999, p. 2124.

47 Sobre as relações greco-turcas, sobre Chipre e sobre o papel dos EUA nestas questões cf., por exemplo, KERIDIS, Dimitris e, TRIANTAPHYLLOU, Dimitrios (eds.) – *Greek-Turkish Relations in the Era of Globalization*. Dulles, VA: Brassey's, Inc., 2001; HANNAY, David – *Cyprus: The Search for a Solution*; MALLINSON, William – *Cyprus: A Modern History*. Londres e Nova York: I. B. Tauris, 2005; TSAKONAS, Panayotis J., e, DOKOS, Thanos P. – «Greek-Turkish relations in the early twenty-first century: a view from Athens». In *The Future of Turkish Foreign Policy*. Cambridge, MA/Londres, Inglaterra: The MIT Press, 2004, pp. 101-126; USLU, Nasuh – *The Cyprus Question as an Issue of Turkish Foreign Policy and Turkish-American Relations, 1959-2003*. Nova York: Nova Science Publishers, Inc., 2003; IFANTIS, Kostas – «Strategic imperatives and regional upheavals: on the US factor in Greek-Turkish relations». In *Greek-Turkish Relations in an Era of Détente*. Londres e Nova York: Routledge, 2005, pp. 21-44; e IFANTIS, Kostas – «Turkey, the US and Greece: systemic uncertainties and regional prospects». In *Turkish-American Relations: Past, Present and Future*. Londres e Nova York: Routledge, 2004, pp. 107-128.

48 HANNAY, David – *Cyprus: The Search for a Solution*, pp. 97, 100-101.

49 *Ibidem*, pp. 102-110.

50 *Ibidem*, p. 109.

51 NICOLAÏDIS, Kalypso – «Europe's tainted mirror: reflections on Turkey's candidacy status after Helsinki». In *Greek-Turkish Relations in the Era of Globalization*. Dulles, VA: Brassey's, Inc., 2001, pp. 251-261.

52 KERIDIS, Dimitris – «Domestic developments and foreign policy: Greek policy toward Turkey». In *Greek-Turkish Relations in the Era of Globalization*, p. 18.

53 NICOLAÏDIS, Kalypso – «Europe's tainted mirror: reflections on Turkey's candidacy status after Helsinki», pp. 251-253.

54 RUMFORD, Chris – «From Luxembourg to Helsinki: Turkey, the politics of EU enlargement and prospects for accession». In *Contemporary Politics*, vol. 6, n.º 4, 2000, p. 340.

55 Schröder citado por JOETZE, Günter – «The relations between Turkey and the EU

– a European perspective». In *Parameters of Partnership: The U.S. – Turkey – Europe*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 1999, p. 69, nota 2. Para além de expressar uma posição de política externa relativamente à Turquia, o discurso de Schröder era um apelo aos eleitores turcos residentes na Alemanha.

56 Esta hipótese é avançada por Kalypso Nicolaïdis em NICOLAÏDIS, Kalypso – «Europe's tainted mirror: reflections on Turkey's candidacy status after Helsinki», pp. 257-260.

57 PATTEN, Chris – *Not Quite the Diplomat: Home Truths about World Affairs*. Londres: Penguin Books, 2005, p. 146.

58 GORDON, Philip H., e SHAPIRO, Jeremy – *Allies at War: America, Europe, and the Crisis over Iraq*. Nova York: McGraw-Hill, 2004, pp. 32-35.

59 PEW GLOBAL ATTITUDES PROJECT – *America's Image Further Erodes, Europeans Want Weaker Ties: A Nine Country Survey*. Washington, D.C.: Pew Research Center for the People & the Press, Março de 2003, p. 1. [Consultado a 20 de Novembro de 2005]. Disponível em: <http://pewglobal.org/reports/pdf/175.pdf>.

60 COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – *Copenhagen European Council, 12 and 13 December 2002: Presidency Conclusions*. Bruxelas, 29 de Janeiro de 2003, p. 5 [Consultado a 9 de Dezembro de 2005]. Disponível em: http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/ec/73842.pdf

61 *Ibidem*.

62 «Well, thank you». In *The Economist*, 21 de Dezembro de 2002 [Consultado a 6 de Novembro de 2002]. Disponível em: LexisNexis.

63 ERALP, Atila – «Turkey and the European Union». In *The Future of Turkish Foreign Policy*. Cambridge, MA/Londres, Inglaterra: The MIT Press, 2004, p. 81.

64 «Turkey swallows its disappointment: Hope still alive on Cyprus and EU membership». In *Financial Times*, 14 de Dezembro de 2002, p. 10 [Consultado a 5 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

65 «Turkey's Erdogan rejects proposal to start EU entry talks in 2005». In *Agence France Presse*, 6 de Dezembro de 2002 [Consultado a 6 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

66 VINOUCUR, John – «French accuse U.S. of meddling – support for Turkey spurs officials' anger». In *International Herald Tribune*, 13 de Dezembro de 2002, p. 1 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

67 «Erdogan visits Denmark and US to play latest cards for EU». In *Global News Wire – Asia Africa Intelligence Wire*, 9 de Dezembro de 2002 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

68 «Remarks prior to discussions with chairman Recep Tayyip Erdogan of Turkey's

AK Party and an exchange with reporters». In *Weekly Compilation of Presidential Documents*, vol. 38, n.º 50, 16 de Dezembro de 2002, p. 2147.

69 *Ibidem*, 2148.

70 «Mr. Bush puts in a word for Turkey's EU bid with France's Chirac». In *Global News Wire*, 11 de Dezembro de 2002 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis; e «Danish Premier resists US pressure over Turkey's EU membership». In *Global News Wire - Asia Africa Intelligence Wire*, 11 de Dezembro de 2002 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

71 DEMPSEY, Judy - «US presses Brussels on Turkey: Powell pushes accession talks before reforms are complete». In *Financial Times*, 12 de Dezembro de 2002, p. 1 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

72 FLEISCHER, Ari - *European Union Enlargement and Turkey*. The White House, Office of the Press Secretary, 13 de Dezembro de 2002 [Consultado a 15 de Novembro de 2005]. Disponível em: <http://www.useu.be/Categories/US&EUEnlargement/Dec1302WhiteHouseEUTurkey.html>

73 BARKEY, Henri J. - «The endless pursuit: improving U.S.-Turkish relations», p. 236.

74 Wolfowitz citado por ÇANDAR, Cengiz - «The post-September 11 United States through Turkish lenses». In *The United States and Turkey: Allies in Need*. Nova York: The Century Foundation Press, 2003, p. 170.

75 Informação disponível em: <http://www.useu.be/Categories/US&EUEnlargement/Index.htm#Turkey>. [Consultado a 12 de Novembro de 2005].

76 PEEL, Quentin Peel - «US pushes on date for Turkey». In *Financial Times*, 3 de Dezembro de 2002, p. 8 [Consultado a 6 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

77 Informação disponível em: <http://www.useu.be/Categories/US&EUEnlargement/Index.htm#Turkey>. [Consultado a 12 de Novembro de 2005].

78 Para um relato sobre os esforços de ONU para resolver a questão de Chipre durante 2002 cf. HANNAY, David - *Cyprus: The Search for a Solution*, pp. 157-196. Não desenvolvei aqui o tema da política americana para o Chipre em 2002 como fiz para 1999. Na análise da Cimeira de Copenhaga, optei por um estudo mais detalhado dos factores variáveis que possam ter eventualmente limitado a influência dos EUA durante este período.

79 GORDON, Philip H., e SHAPIRO, Jeremy - *Allies at War: America, Europe, and the Crisis over Iraq*, p. 136.

80 *Ibidem*.

81 *Ibidem*, p. 137.

82 *Ibidem*, pp. 139-140.

83 «French, German desire to restructure EU behind delay to Turkish entry». In *Global News Wire - Asia Africa Intelligence Wire*, 15 de Dezembro de 2002 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

84 Para uma exposição detalhada sobre o agravamento da crise transatlântica e sobre as divergências entre países europeus no Outono de 2002 e na Primavera de 2003, cf. GORDON, Philip H., e SHAPIRO, Jeremy - *Allies at War: America, Europe, and the Crisis over Iraq*, p. 93-154.

85 PATTEN, Chris - *Not Quite the Diplomat: Home Truths about World Affairs*, p. 146.

86 ONIS, Ziya, e YILMAZ, Shunaz - «The Turkey-EU-US triangle in perspective: transformation or continuity?». In *The Middle East Journal*, vol. 59, n.º 2, Primavera de 2005, p. 5 [Consultado a 1 de Novembro de 2005]. Disponível em: Expanded Academic ASAP; e ROBINS, Philip - «Confusion at home, confusion abroad: Turkey between Copenhagen and Iraq». In *International Affairs*, vol. 79, n.º 3, 2003, p. 561 [Consultado a 5 de Novembro de 2005]. Disponível em: Blackwell-Synergy.

87 PEW GLOBAL ATTITUDES PROJECT - *What the World Thinks in 2002*. Washington, D.C.: Pew Research Center for the People & the Press, Dezembro de 2002. [Consultado a 20 de Novembro de 2005]. Disponível em: <http://pewglobal.org/reports/pdf/165.pdf>.

88 «A Christmas vote for Turkey: the EU can help Ankara be a beacon to the Muslim world». In *Financial Times*, 4 de Dezembro de 2002, p. 18 [Consultado a 6 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

89 «French minister says President Bush should not interfere in European Matters». In *Global News Wire*, 12 de Dezembro de 2002 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

90 VINOCUR, John - «French accuse U.S. of meddling - support for Turkey spurs officials' anger».

91 Günter Verheugen citado por ROBINS, Philip - «Confusion at home, confusion abroad: Turkey between Copenhagen and Iraq», p. 556.

92 DEMPSEY, Judy, e GRAHAM, Robert - «Tough talk by Ankara and Washington misfires». In *Financial Times*, 14 de Dezembro de 2002, p. 6 [Consultado a 3 de Novembro de 2005]. Disponível em: LexisNexis.

BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA

ABRAMOWITZ, Morton - «Introduction and overview». In *Turkey's Transformation and American Policy*. Nova York: The Century Foundation Press, 2000, pp. 1-21.

ABRAMOWITZ, Morton - «The complexities of American policymaking on Turkey». In *Turkey's Transformation and American Policy*. Nova York: The Century Foundation Press, 2000, pp. 153-184.

ABRAMOWITZ, Morton (ed.) - *Turkey's Transformation and American Policy*. Nova York: The Century Foundation Press, 2000.

ABRAMOWITZ, Morton - «Introduction: the United States and Turkey: new opportunities and old problems». In *The United States and Turkey: Allies in Need*. Nova York: The Century Foundation Press, 2003, pp. 1-30.

ABRAMOWITZ, Morton (ed.) - *The United States and Turkey: Allies in Need*. Nova York: The Century Foundation Press, 2003.

ALBRIGHT, Madeleine K., e CEM, Ismail - *Joint Press Conference*. Istanbul Airport, Istanbul, Turkey, 5 de Setembro de 1999 [Consultado a 10 de Novembro de 2005]. Disponível em: <http://secretary.state.gov/www/statements/1999/990905.html>.

AYDIN, Mustafa e ERHAN, Çağrı (eds.) - *Turkish-American Relations: Past, Present and Future*. Londres e Nova York: Routledge, 2004.

BARKEY, Henri J. - «The endless pursuit: improving U.S.-Turkish relations». In *The United States and Turkey: Allies in Need*. Nova York: The Century Foundation Press, 2003, pp. 207-249.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION - *Copenhagen European Council, 12 and 13 December 2002: Presidency Conclusions*. Brussels, 29 de Janeiro de 2003, p. 5 [Consultado a 9 de Dezembro de 2005]. Disponível em: http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/ec/73842.pdf.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION - *Brussels European Council, 16/17 December 2004: Presidency Conclusions*. Brussels, 17 de Dezembro de 2004, p. 6 [Consultado a 7 de Fevereiro de 2006]. Disponível em: http://www.eu2004.nl/default.asp?CMS_TCP=tcAsset&id=8EBC25BB369148B28C3626C4A BC0DE31X1X68039X52.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION - General Affairs. *Press Release 12514/1/05 REV 1*. Luxembourg, 3 de Outubro de 2005 [Con-

sultado a 7 de Fevereiro de 2006]. Disponível em : http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/gena/86442.pdf.

ERALP, Atila – «Turkey and the European Union». In *The Future of Turkish Foreign Policy*. Cambridge, MA/Londres, Inglaterra: The MIT Press, 2004, pp. 63-82.

GORDON, Philip H., e SHAPIRO, Jeremy – *Allies at War: America, Europe, and the Crisis over Iraq*. Nova York: McGraw-Hill, 2004.

GÜNEY, Aylin – «An anatomy of the transformation of the US-Turkish alliance: from "Cold War" to "War on Iraq". In *Turkish Studies*, vol. 6, n.º 3, Setembro de 2005, pp. 341-359.

HANNAY, David – *Cyprus: The Search for a Solution*. Londres e Nova York: I. B. Tauris, 2005.

HELSINKI EUROPEAN COUNCIL – *Presidency Conclusions*. 10 e 11 de Dezembro de 1999 [Consultado a 9 de Dezembro de 2005]. Disponível em: http://europa.eu.int/council/off/conclu/dec99/dec99_en.htm.

HOLSTI, K.J. – «The concept of power in the study of International Relations». In *Background*, vol. 7, n.º 4, Fevereiro de 1964, pp. 179-194 [Consultado a 2 de Dezembro de 2005]. Disponível em: JSTOR.

IFANTIS, Kostas – «Turkey, the US and Greece: systemic uncertainties and regional prospects». In *Turkish-American Relations: Past, Present and Future*. Londres e Nova York: Routledge, 2004, pp. 107-128.

IFANTIS, Kostas – «Strategic imperatives and regional upheavals: on the US factor in Greek-Turkish relations». In *Greek-Turkish Relations in an Era of Détente*. Londres e Nova York: Routledge, 2005, pp. 21-44.

JOETZE, Günter – «The relations between Turkey and the EU – a European perspective». In *Parameters of Partnership: The U.S. – Turkey – Europe*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 1999, pp. 69-77.

KERIDIS, Dimitris – «Domestic developments and foreign policy: Greek policy toward Turkey». In *Greek-Turkish Relations in the Era of Globalization*. Dulles, VA: Brassey's, Inc., 2001, pp. 2-18.

KERIDIS, Dimitris, e TRIANTAPHYLLOU, Dimitrios (eds.) – *Greek-Turkish Relations in the Era of Globalization*. Dulles, VA: Brassey's, Inc., 2001.

KIRIŞCI, Kemal – «The Kurdish question and Turkish foreign policy». In *The Future of Turkish Foreign Policy*. Cambridge, MA/Londres, Inglaterra: The MIT Press, 2004, pp. 277-314.

LESSER, Ian O. – «Turkey and the United States: anatomy of a strategic relationship».

In *The Future of Turkish Foreign Policy*. Cambridge, MA/Londres, Inglaterra: The MIT Press, 2004, pp. 83-99.

MALLINSON, William – *Cyprus: a Modern History*. Londres e Nova York: I. B. Tauris, 2005.

MARTIN, Lenore G. – «Turkey's Middle East foreign policy». In *The Future of Turkish Foreign Policy*. Cambridge, MA/Londres, Inglaterra: The MIT Press, 2004, pp. 157-189.

MARTIN, Lenore G., e KERIDIS, Dimitris (eds.) – *The Future of Turkish Foreign Policy*. Cambridge, MA/Londres, Inglaterra: The MIT Press, 2004.

MOKOVSKY, Alan O. – «Turkey». In *The Pivotal States: A New Framework for U.S. Policy in the Developing World*. Nova York e Londres: W.W. Norton and Company, 1999, pp. 88-119.

NICOLAÏDIS, Kalypso – «Europe's tainted mirror: reflections on Turkey's candidacy status after Helsinki». In *Greek-Turkish Relations in the Era of Globalization*. Dulles, VA: Brassey's, Inc., 2001, pp. 245-317.

ONIS, Ziya, e YILMAZ, Şunaz – «The Turkey-EU-US triangle in perspective: transformation or continuity?». In *The Middle East Journal*, vol. 59, n.º 2, Primavera de 2005, pp. 1-15 [Consultado a 1 de Novembro de 2005]. Disponível em: Expanded Academic ASAP.

PATTEN, Chris – *Not Quite the Diplomat: Home Truths about World Affairs*. Londres: Penguin Books, 2005.

PEW GLOBAL ATTITUDES PROJECT – *What the World Thinks in 2002*. Washington, D.C.: Pew Research Center for the People & the Press, Dezembro de 2002 [Consultado a 20 de Novembro de 2005]. Disponível em: <http://pewglobal.org/reports/pdf/165.pdf>.

PEW GLOBAL ATTITUDES PROJECT – *America's Image Further Erodes, Europeans Want Weaker Ties: A Nine Country Survey*. Washington, D.C.: Pew Research Center for the People & the Press, Março de 2003 [Consultado a 20 de Novembro de 2005]. Disponível em: <http://pewglobal.org/reports/pdf/175.pdf>.

ROBINS, Philip – «Confusion at home, confusion abroad: Turkey between Copenhagen and Iraq». In *International Affairs*, vol. 79, n.º 3, 2003, pp. 547-566 [Consultado a 5 de Novembro de 2005]. Available from Blackwell-Synergy.

RUMFORD, Chris – «From Luxembourg to Helsinki: Turkey, the politics of EU enlargement and prospects for accession». In *Contemporary Politics*, vol. 6, n.º 4, 2000, pp. 331-343.

SAYARI, Sabri – «Turkey and the United States: changing dynamics of an enduring alliance». In *Turkey's Foreign Policy in the 21st Century: A Changing Role in World Politics*. Aldershot, Inglaterra e Burlington, VT: Ashgate, 2003, pp. 27-39.

SAYARI, Sabri – «Turkish-American Relations in the post-Cold War era: issues of convergence and divergence». In *Turkish-American Relations: Past, Present and Future*. Londres e Nova York: Routledge, 2004, pp. 91-105.

STRANG, William, STRANG, Baron – *Britain in World Affairs: A Survey of the Fluctuations in British Power and Influence – Henry VIII to Elizabeth II*. Londres: Faber & Faber e Andre Deutsch, 1961.

TSAKONAS, Panayotis J., e DOKOS, Thanos P. – «Greek-Turkish relations in the early twenty-first century: a view from Athens». In *The Future of Turkish Foreign Policy*. Cambridge, MA/Londres, Inglaterra: The MIT Press, 2004, pp. 101-126.

U. S. PRESIDENT – *Public Papers of the Presidents of the United States*. Washington, D.C.: Office of the Federal Register, National Archives and Records Administration, 2001. William J. Clinton, 1999.

USLU, Nasuh – *The Cyprus Question as an Issue of Turkish Foreign Policy and Turkish-American Relations, 1959-2003*. Nova York: Nova Science Publishers, Inc., 2003.

WALT, Stephen – «Musclebound: the limits of U.S. power». In *The Bulletin of Atomic Scientists*, vol. 55, n.º 2, 1999, pp. 44-48.

YILMAZ, Şunaz – «The impact of lobbies on Turkish-American relations». In *Turkish-American Relations: Past, Present and Future*. Londres e Nova York: Routledge, 2004, pp. 181-209.